

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.745 - SP (2019/0329270-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**
ADVOGADOS : **MARIA CRISTINA ALVES E OUTRO(S) - SP050664**
THAIS MORI PANDOLFI - SP349769
RECORRIDO : **RODRIGO DE OLIVEIRA MARCASSA**
RECORRIDO : **PRISCILA BERNADETTE TAVARES MARCASSA**
ADVOGADO : **PAULO ANTONIO LEITE E OUTRO(S) - SP240929**
INTERES. : **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO**
ADVOGADOS : **JOSE LUIZ TORO DA SILVA E OUTRO(S) - SP076996**
VANIA DE ARAUJO LIMA TORO DA SILVA - SP181164
EDY GONÇALVES PEREIRA - SP167404
GISELE FERREIRA SOARES - SP311191

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. FERTILIZAÇÃO *IN VITRO*. CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE COBERTURA. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Amil Assistência Médica Internacional S.A., com fulcro no art. 105, inciso III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 401):

APELAÇÃO Plano de Saúde Ação Ordinária Pretensão de obrigar as rés a custear o procedimento de fertilização *in vitro*, haja vista infertilidade primária dos autores Sentença de parcial procedência Inconformismo das rés, alegando, basicamente, a ausência de cobertura para o tratamento em apreço, por exclusão contratual autorizada pelo artigo 10, inciso III, da Lei 9.656/98 Descabimento - Embora o artigo 10, inciso III, da Lei 9.656/98, autorize a exclusão de cobertura para tratamento com inseminação artificial, o inciso III do artigo 35-C da aludida lei, introduzido posteriormente pela lei 11.935/2009, prevê expressamente a obrigação de cobertura nos casos de planejamento familiar, o qual evidentemente inclui a fertilização *in vitro* - Recurso desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões recursais, a recorrente alega violação aos arts. 10, III, e 35-C, III, da Lei 9.656/1998.

Sustenta, em síntese, que o procedimento de fertilização *in vitro* está excluído das hipóteses de cobertura obrigatória. Subsidiariamente, defende a necessidade de delimitação do número de procedimentos.

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fl. 538-548).

Juízo positivo de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

A Terceira Turma do STJ, por ocasião do julgamento do REsp 1.692.179/SP, desta relatoria, firmou o entendimento de que a fertilização *in vitro* não possui cobertura obrigatória, mesmo após a edição da Lei 11.935/2009 – que incluiu o inciso III no art. 35-C da Lei 9.656/1998, estabelecendo a obrigatoriedade de atendimento nos casos de planejamento familiar pelos planos de saúde. Isso porque a regulamentação normativa pela ANS, por força da lei de regência, confirmou expressamente a exclusão prevista pelo art. 10, III, da Lei 9.656/1998, como pode ser visto das Resoluções Normativas 192/2009 e 387/2015 da ANS.

Segundo a orientação supramencionada, na hipótese de ausência de previsão contratual, é impositivo o afastamento do dever de custeio do supracitado tratamento pela operadora do plano de saúde.

A propósito, confira-se a ementa do mencionado julgado:

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. TRATAMENTO DE FERTILIZAÇÃO IN VITRO COMO FORMA DE ALCANÇAR A GRAVIDEZ. DISCUSSÃO ACERCA DO ALCANCE DO TERMO PLANEJAMENTO FAMILIAR, INSERIDO NO INCISO III DO ART. 35-C DA LEI N. 9.656/1998 COMO HIPÓTESE DE COBERTURA OBRIGATÓRIA. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA E TELEOLÓGICA DO DISPOSITIVO. FINALIDADE DA NORMA EM GARANTIR O MÍNIMO NECESSÁRIO AOS SEGURADOS EM RELAÇÃO A PROCEDIMENTOS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR, OS QUAIS ESTÃO LISTADOS EM RESOLUÇÕES DA ANS, QUE

REGULAMENTARAM O ARTIGO EM COMENTO. MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO PLANO E DA PRÓPRIA HIGIDEZ DO SISTEMA DE SUPLEMENTAÇÃO PRIVADA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. RECURSO PROVIDO.

1. A controvérsia trazida nestes autos cinge-se a saber se o tratamento de fertilização *in vitro* passou a ser de cobertura obrigatória após a edição da Lei n. 11.935/2009, que incluiu o inciso III no art. 35-C da Lei n. 9.656/1998, o qual estabelece a obrigatoriedade de atendimento nos casos de planejamento familiar pelos planos e seguros privados de assistência à saúde.

2. Considerando a amplitude do termo planejamento familiar e em cumprimento à própria determinação da lei no parágrafo único do dispositivo legal em comento, a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS estabeleceu, por meio de resoluções normativas, diversos procedimentos de cobertura obrigatória, garantindo-se o mínimo necessário aos segurados de planos de saúde privados no que concerne a atendimentos relacionados ao planejamento familiar.

3. A interpretação sistemática e teleológica do art. 35-C, inciso III, da Lei n. 9.656/1998, somado à necessidade de se buscar sempre a exegese que garanta o equilíbrio econômico-financeiro do sistema de suplementação privada de assistência à saúde, impõe a conclusão no sentido de que os casos de atendimento de planejamento familiar que possuem cobertura obrigatória, nos termos do referido dispositivo legal, são aqueles disciplinados nas respectivas resoluções da ANS, não podendo as operadoras de plano de saúde serem obrigadas ao custeio de todo e qualquer procedimento correlato, salvo se estiver previsto contratualmente.

4. Com efeito, admitir uma interpretação tão abrangente acerca do alcance do termo planejamento familiar, compreendendo-se todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos como hipóteses de cobertura obrigatória, acarretaria, inevitavelmente, negativa repercussão no equilíbrio econômico-financeiro do plano, prejudicando todos os segurados e a própria higidez do sistema de suplementação privada de assistência à saúde.

5. Por essas razões, considerando que o tratamento de fertilização *in vitro* não possui cobertura obrigatória, tampouco, na hipótese dos autos, está previsto contratualmente, é de rigor o restabelecimento da sentença de improcedência do pedido.

6. Recurso especial provido.

(REsp 1692179/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 15/12/2017)

No caso dos autos, o Tribunal de origem, ao manter a sentença, entendeu que, embora existisse prévia exclusão contratual do tratamento pleiteado pelos ora agravados, a demonstrada necessidade médica impunha à operadora de plano de saúde o

Superior Tribunal de Justiça

dever de custeio para assegurar o direito constitucional de proteção à maternidade.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para excluir a obrigação da Amil Assistência Médica Internacional S.A. de custear tratamento de fertilização *in vitro* não previsto em contrato, ficando invertidos os ônus sucumbenciais.

Fica prejudicado, em consequência, o agravo em recurso extraordinário de fls. 593-602 (e-STJ).

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

